



Prefeitura Municipal de Palmital

Estado de São Paulo

PROTOCOLADO
PROCESSO N.º 195/193
CM-PALMITAL 08/09/193
A COMISSÃO DE JUSTIÇA E
C. M. Palmital, em 08/09/193
Miguel Rosendo Didal
Presidente

10/93
07 193

Cria o Conselho Municipal de
Desenvolvimento Rural.

Artigo 1º - Fica criado o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, órgão deliberativo, que terá a participação paritária do Executivo Municipal, entidades públicas e privadas do setor rural, entidades representativas dos produtores, trabalhadores rurais e dos Vereadores.

Parágrafo Único - A participação paritária a que se refere o "caput" será determinada pelo Regimento Interno, que é parte integrante desta lei.

Artigo 2º - A partir da promulgação desta lei, fica estipulado o prazo de 90 (noventa) dias, para o Conselho elaborar o Plano Diretor do Desenvolvimento Rural Integrado.

Artigo 3º - O Plano Diretor do Desenvolvimento Rural Integrado deverá conter:

- I - diagnósticos da realidade rural do Município;
- II - soluções e diretrizes para o desenvolvimento do setor primário;
- III - fontes de recursos orçamentários para financiar as ações propostas;
- IV - criação do Mercado do Produtor Rural;
- V - projetos de microbacias;
- VI - promover a integração dos vários segmentos do setor agrícola, vinculados à produção, comercialização, armazenamento, industrialização e transporte;
- VII - elaborar anualmente o Plano Diretor do Desenvolvimento Rural Integrado;
- VIII - assessorar o Poder Executivo Municipal em matérias relacionadas a sua área de abrangência.

Artigo 4º - Para a consecução das diretrizes do Conselho o Município instalará:

- I - estação de fomento rural;
- II - serviço municipal de máquinas agrícolas;
- III - bolsa municipal de arrendamento de terras;
- IV - feiras livres;
- V - mercados e centrais de abastecimento;
- VI - programas de cinturões verdes.

Artigo 5º - Os serviços prestados pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, serão considerados como de serviços relevantes à comunidade, não sendo portanto remunerados.



Prefeitura Municipal de Palmital

Estado de São Paulo

Artigo 69 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Palmital, em 08 de setembro de 1.993.

MARILENA TRONCO
Prefeita Municipal

A P R O V A D O
EM UNICA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO
POR UNANIMIDADE
SESSÃO ORDINÁRIA DE 18/10/93

Miguel Bueno Didal
Presidente

ENCAMINHAR
Arto 50
C. M. Palmital, 8/10/93

Miguel Bueno Didal
Presidente

ENCAMINHADO
EM 19/10/93
OFÍCIO N.º 404/93

Sydney Abranches Ramos
DIRETOR DA SECRETARIA ADMINISTRATIVA



Prefeitura Municipal de Palmital

Estado de São Paulo

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE PALMITAL.

CAPITULO I Das atribuições do Conselho

Artigo 1º - O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Palmital, tem por atribuições as constantes de sua lei criadora, a L.C. nº _____, de ____/____/_____.

CAPITULO II Da Composição do Conselho

Artigo 2º - O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural será constituído de 32 (trinta e dois) membros, sendo:

- I - um representante titular e um suplente da Prefeitura Municipal, indicados pelo Prefeito Municipal;
- II - um representante titular e um suplente da Câmara Municipal, eleitos pelos pares;
- III - um representante titular e um suplente da Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, indicados pelo titular daquela Pasta;
- IV - um representante titular e um suplente da Microbacia Hidrográfica da Água do Palmitalzinho, eleitos pelos pares;
- V - um representante titular e um suplente da Microbacia Hidrográfica da Água da Aldeia, eleitos pelos pares;
- VI - um representante titular e um suplente da Microbacia Hidrográfica da Água das Anhumas, eleitos pelos pares;
- VII - um representante titular e um suplente da Cooperativa dos Cafeicultores da Média Sorocabana, indicados pelo Conselho de Administração;
- VIII - um representante titular e um suplente do Sindicato Rural de Palmital, indicado pela Diretoria;
- IX - um representante titular e um suplente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Palmital, indicados pela Diretoria;
- X - um representante titular e um suplente da Associação dos Produtores do Oeste Paulista, indicados pela Diretoria;
- XI - um representante titular e um suplente da Agro Indústria de Derivados da Cana de Açúcar, eleitos pelos pares;
- XII - um representante titular e um suplente da Agro Indústria de Derivados de Mandioca, eleitos pelos pares;
- XIII - um representante titular e um suplente do Banco do Brasil, indicados pela gerência;
- XIV - um representante titular e um suplente do Banco do Estado de São Paulo, indicados pela gerência;



Prefeitura Municipal de Palmital

Estado de São Paulo

XV - um representante titular e um suplente da Nossa Caixa Nosso Banco, indicados pela gerência;

XVI - um representante titular e um suplente da Casa da Agricultura de Palmital, indicados pelo Delegado Agrícola.

§ 1º - Os membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural serão designados por ato do Prefeito Municipal;

§ 2º - O mandato dos membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural será de dois anos, facultada a recondução.

Artigo 3º - O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural proporá a cassação do mandato do membro que deixar de comparecer a 02 (duas) reuniões consecutivas ou a 04 (quatro) alternadas, no período de um ano, injustificadamente, ou cujas justificativas não forem aceitas pelo plenário.

§ 1º - O prazo para requerer justificativa de ausência é de 10 (dez) dias, a contar da data da reunião em que a mesma ocorreu, devendo ser efetuada mediante ofício encaminhado ao Presidente;

§ 2º - No caso de ocorrência de vaga, o respectivo suplente deverá completar o mandato do substituto.

CAPITULO III **Da Direção**

Artigo 4º - O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural contará com um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário Executivo.

Artigo 5º - O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho serão eleitos por maioria simples, dentre os membros do Conselho, para um mandato de 02 (dois) anos facultada a recondução;

Artigo 6º - Compete ao Presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural;

I - presidir as reuniões do Conselho;

II - convocar as reuniões extraordinárias, dando ciência a seus membros, através de ofício com pelo menos 72 (setenta e duas) horas de antecedência, de 24 (vinte e quatro) horas por contanto telefônico, por correspondência ou pessoalmente;

III - coordenar as atividades do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural;

IV - propor ao Conselho as reformas do Regimento Interno;

V - cumprir e fazer cumprir as decisões do Conselho;

VI - assinar conjuntamente, com o Secretário Executivo, as atas das reuniões do Conselho;

VII - adotar as providências necessárias ao acompanhamento, pelo Conselho, da execução das atividades previstas no Plano Diretor do Desenvolvimento Rural Integrado;

VIII - organizar a ordem do dia das reuniões e enviar a pauta aos membros, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas de antecedência;

IX - abrir, prorrogar, encerrar ou suspender as reuniões do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural;



Prefeitura Municipal de Palmital

Estado de São Paulo

X - convidar pessoas de interesse do Conselho para participarem das reuniões, com direito a voz e não a voto, com o objetivo de colaborar com o Conselho, com relação a assuntos que os mesmo dominam;

XI - determinar a verificação de presença, através do respectivo livro;

XII - determinar a leitura da ata e das comunicações que entender necessárias;

XIII - conceder a palavra aos membros do Conselho;

XIV - colocar matéria em discussão e votação;

XV - anunciar o resultado das votações, decidindo-as em caso de empate;

XVI - decidir sobre questões de ordem ou submetê-las à consideração dos membros do Conselho, quando omissos o Regimento;

XVII - propor normas para o bom andamento dos trabalhos do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural;

XVIII - mandar anotar os precedentes regimentais para solução de casos análogos;

XIX - designar relatores para o estudo preliminar dos assuntos a serem discutidos nas reuniões;

XX - visar os livros e documentos destinados aos serviços do Conselho e seu expediente;

XXI - determinar o destino do expediente lido nas sessões;

XXII - agir em nome do Conselho ou delegar representação aos membros para manter os contatos com as autoridades e órgãos afins;

XXIII - Representar o Conselho, ativa e passivamente em juízo ou fora dele.

Artigo 79 - Ao Vice-Presidente compete substituir o Presidente em seus impedimentos ocasionais.

Artigo 80 - O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural contará com um Secretário Executivo, indicado pelo Presidente dentre técnicos de nível universitário com atuação na área pública de assistência e extensão rural e designado pelo Prefeito Municipal.

Artigo 90 - Ao Secretário Executivo compete:

I - assessorar o Presidente na elaboração das pautas das reuniões e nas matérias técnicas;

II - secretariar as reuniões do Conselho;

III - preparar as atas das reuniões e assiná-las conjuntamente com o Presidente;

IV - responsabilizar-se pelos livros, atas e outros documentos do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural.

CAPITULO IV

Das Atribuições dos Membros do Conselho

Artigo 10 - Aos membros dos Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural incumbe:



Prefeitura Municipal de Palmital

Estado de São Paulo

I - participar das discussões e deliberações do Conselho, apresentando proposições, requerimentos, moções e questões de ordem;

II - votar as proposições submetidas a deliberações do Conselho;

III - comparecer às reuniões na hora pré-fixada;

IV - desempenhar as funções para as quais foi designado;

V - relatar os assuntos que lhes forem distribuídos pelo Presidente;

VI - obedecer as normas regimentais;

VII - assinar as atas das reuniões do Conselho;

VIII - apresentar retificações ou impugnações das atas;

IX - justificar seu voto, dentro do prazo fixado pelo Presidente;

X - apresentar à apreciação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural quaisquer assuntos relativos às suas atribuições;

XI - eleger o Presidente e o Vice-Presidente;

Artigo 11 - O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural reunir-se-á com a presença de pelo menos a metade de seus membros, ordinariamente a cada 02 (dois) meses e, extraordinariamente, quando convocado pelo Presidente ou mediante solicitação de pelo menos 1/3 (um terço) de seus membros titulares.

§ 1º - A convocação se fará através de contato telefônico, correspondência ou pessoalmente, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas ou em caráter de urgência, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas;

§ 2º - Não havendo quorum na primeira convocação, a reunião realizar-se-á após 30 (trinta) minutos com, no mínimo 06 (seis) dos membros, salvo deliberação em contrário da Presidência.

Artigo 12 - As reuniões do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural serão abertas à assistência pública, desde que não haja interferência nos trabalhos.

CAPITULO V **Do Funcionamento do Conselho**

Artigo 13 - A Ordem dos trabalhos do Conselho será a seguinte:

I - leitura, votação e assinatura da ata da reunião anterior;

II - expediente;

III - ordem do dia;

IV - outros assuntos de interesse.

Parágrafo único - A leitura da ata poderá ser dispensada pelo plenário quando sua cópia tiver sido distribuída aos membros do Conselho.

Artigo 14 - O expediente se destina a leitura da correspondência recebida e de outros documentos.



Prefeitura Municipal de Palmital

Estado de São Paulo

Artigo 15 - Discussão é a fase dos trabalhos destinada aos debates em plenário.

Artigo 16 - As matérias apresentadas durante a ordem do dia serão discutidas e votadas na reunião em que foram apresentadas.

§ 1º - Durante as discussões cada membro terá direito a palavra, durante o tempo fixado pelo Presidente;

§ 2º - Por deliberação do plenário, a matéria apresentada na reunião poderá ser discutida e votada na reunião seguinte, podendo qualquer membro do Conselho pedir vistas em matéria de debate.

Artigo 17 - Durante as discussões, qualquer membro do Conselho poderá levantar questões de ordem, expondo-as dentro do prazo fixado pelo Presidente.

Parágrafo único - O encaminhamento das questões de ordem não previstas neste Regimento, serão decididas pelo Presidente.

Artigo 18 - Encerrada a discussão, poderá ser concedida a palavra a cada membro do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, pelo prazo fixado pela Presidência, para encaminhamento de votação.

Artigo 19 - A votação poderá ser simbólica, nominal ou secreta.

§ 1º - A votação simbólica far-se-á conservando-se sentados os que aprovam e levantados os que desaprovam a proposição;

§ 2º - A votação simbólica será regra geral para as votações, somente sendo abandonada por solicitação de qualquer membro aprovada em plenário;

§ 3º - A votação nominal será feita pela chamada dos presentes, devendo os membros do Conselho responder sim ou não, conforme sejam favoráveis ou contrários à proposição;

§ 4º - A votação secreta será em urna indevassável, com contagem dos votos feita pelo Presidente, em voz alta e com o acompanhamento dos Conselheiros.

Artigo 20 - Ao anunciar o resultado das votações, o Presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural declarará quantos votaram favoravelmente ou em contrário.

Parágrafo único - Havendo dúvidas sobre o resultado, o Presidente do Conselho poderá pedir aos membros que se manifestem novamente.

Artigo 21 - Ao plenário cabe decidir se a votação deve ser nominal ou secreta, global ou destacada.

Artigo 22 - Não poderá haver voto por delegação.

Artigo 23 - As decisões do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural serão tomadas por maioria simples.

Parágrafo único - O Vice-Presidente, quando não estiver no exercício da Presidência, terá voto e voz como os demais membros.



Prefeitura Municipal de Palmital

Estado de São Paulo

Artigo 24 - As decisões do Conselho serão registradas em ata.

Artigo 25 - A ata é o resumo das ocorrências verificadas nas reuniões do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural.

§ 1º - As atas devem ser escritas seguidamente, sem rasuras ou emendas;

§ 2º - As atas devem ser redigidas em livro próprio, com páginas rubricadas pelo Presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e numeradas tipograficamente.

Artigo 26 - As atas serão subscritas pelo Presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, pelo Secretário Executivo e pelos membros presente à reunião.

CAPITULO VI Das Disposições Finais

Artigo 27 - Os casos omissos e as dúvidas suscitadas na aplicação do presente regimento serão resolvidos pelo Presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural.

Artigo 28 - O presente Regimento entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Palmital, em 08 de setembro de 1.993.

MARILENA TRONCO
Prefeita Municipal



Prefeitura Municipal de Palmital

Estado de São Paulo

J U S T I F I C A T I V A :-

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 07/93-PM

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE

EXCELENTÍSSIMOS SENHORES VEREADORES

Temos a grata satisfação de encaminhar/ a Vossas excelências, para apreciação por parte desse Egrégio Legislativo, o projeto de Lei Complementar nº 07/93-PM, que cria o CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE PALMITAL.

Justificamos o presente processo tendo/ em vista que o Município ainda não dispõe de uma Lei neste sentido que vise a trazer relevantes benefícios aos agricultores, que há -/ muito vem necessitando de um amparo através do poder executivo para o incentivo da produção ainda maior dos produtos agrícolas de nossa vasta área agricultável do Município.

Esperando contar com as atenções de Vossas Excelências, antecipadamente agradecemos, apresentando-lhes na oportunidade os protestos de elevada consideração e estima.

ATENCIOSAMENTE,

MARILENA TRONCO
=PREFEITA MUNICIPAL=